

Brasil e Canadá: pioneiros na diplomacia multicultural para além de divisões ideológicas

Roque Callage Neto

Resumo: A diplomacia multicultural é um conceito que surgiu a partir da crescente mobilidade cultural originada da descolonização europeia após a Segunda Guerra Mundial. É compreendida como conjunto de políticas que atores e a ação do Estado formulam para compreender populações, regiões, sociedades e nações e suas diferenças e complementaridades. Visa a apoiar a construção de políticas inovadoras na cooperação e maiores integrações internacionais, a partir do conhecimento de potencialidades dos diversos agentes, proporcionando-lhes maior inclusão e reconhecimento. O conceito só começou a ser levado em consideração após intervenções decisivas de Brasil e Canadá, pelas lideranças de Oswaldo Aranha e Lester Pearson. Após a Segunda Guerra Mundial, ambos criariam doutrinas amplas e duradouras para as Relações Exteriores de seus respectivos países e as projetariam à cena internacional. Tiveram influência preponderante na proposta de alternativas a conflitos culturais e étnicos baseados em escalas de força e confrontações – sugerindo horizontes mais amplos a um mundo que se guiava para concentração crescente de superpoderes e divisões ideológicas.

Abstract: The multicultural diplomacy is a concept that emerged from enhanced cultural mobility of European decolonization after the Second World War. It is understood as a *policy-pattern* that included actors and the State-action to shape comprehension about populations, regions, societies and Nations – their differences and complementarities. These policies support innovative construction of cooperation and international integrations, since the knowledge about diverse agents can motivate better inclusion and recognition. This concept was only taken under consideration after decisive interventions of Brazil and Canada, through the leaderships of Oswaldo Aranha and Lester Pearson. After the Second World War, both leaders created further doctrines to Foreign Relations of their countries and projected them to international scene. They had decisive influence in purposing an alternative to cultural and ethnic conflicts based on force-scales and confrontations. Both suggested wider horizons to a world that was growing toward concentration of superpowers and ideological divisions.

1 – Introdução

Brasil e Canadá tiveram papel fundamental na formulação e delineamento inicial do que seria conhecido como *diplomacia multicultural*, com suas iniciativas entre e após os

acontecimentos de 1939 a 1945. Como resultado de mudanças em suas coordenações internas, lideranças como as de Oswaldo Aranha e Lester Pearson se projetaram à cena internacional com uma diplomacia inovadora, dando começo efetivo a um diálogo entre diferentes culturas e regiões em multilateralismo, atenção a poderes compartilhados com níveis subsidiários e construção de responsabilidades regionais proporcionais. Apontaram o erro de confrontação sistêmica e sistemática, que advinha tanto dos impérios e dinastias da Primeira Guerra Mundial como de dois modelos totalitários que a eles tentaram substituir, o nazi-fascismo e o comunismo, e ofereceram soluções que já visualizavam inovadoramente formas de liberalismo socializado, integrando comunidades e grupos sociais desvantajados.

Aranha e Pearson se tornaram figuras exponenciais ao captar o sentido de mudança rumo ao aumento da cooperação internacional, desenhando novo quadro institucional. Diferenças de poderes e regiões emergentes visavam a aumentar a solidariedade, inclusão e reconhecimento de novos atores. Ambos encontraram em suas atividades contemporâneas três desafios básicos ainda hoje presentes:

- a) a questão de mobilidades culturais crescentes de grupos étnicos complexos que se transformavam em nações;
- b) as assimetrias que cresciam entre as grandes nações coloniais consolidadas e as novas nações;
- c) as possibilidades advindas da descolonização inevitável que se abria e se ampliava após a Segunda Guerra Mundial.

Para efeito de apresentar a concepção, desenvolvimento e resultados das duas doutrinas, bem como as possíveis convergências entre ambas, divido o presente artigo em quatro partes. Primeiro trago antecedentes que provocaram o surgimento e contexto de suas emergências; logo após, descrevo a evolução das relações brasileiras e de como a doutrina Oswaldo Aranha se compôs, não apenas agregando e consolidando doutrinas anteriores, mas ampliando-as coerentemente, dando dimensão internacional à presença do País. Isso incluiu a atuação nas Américas, presença nas Nações Unidas, presidência da Organização na reunião que decidiu a partilha da Palestina em 1947 e defesa de regiões com diferentes culturas, o que

resultou na sua indicação por 14 nações para o Prêmio Nobel da Paz em 1949.

A terceira parte examina a gênese da doutrina Lester Pearson, o modo como ela forma avaliação dos poderes médios e regiões diferenciadas, estendendo coerentemente a distribuição confederativa do Canadá. Seu papel nas Nações Unidas, que culminaria no conceito de corpos de paz, a proposta ampliada de multilateralismo em um mundo modificado, que lhe valeu o Nobel da Paz em 1957.

Por último, verifico a convergência entre as duas doutrinas no ponto em que se apresentam mais similares: a ampliação da compreensão de um mundo multipolar, com poderes intermediários, representantes de equilíbrios médios, com diferentes culturas e zonas de influência, trazendo a presença de atores multiculturais em potencial. Entre estes, o Brasil e o Canadá, que se projetaram a partir de sua própria realidade à cena mundial.

2 – Antecedentes e emergência

A temática de um mundo multicultural nas Relações Internacionais só teria tímido prenúncio ao fim da Primeira Guerra Mundial, com a fragmentação do gigantesco Império Otomano, que reunia unidade política multiétnica dos Bálcãs europeus até a porta do Mediterrâneo árabe, passando pelo oceano Índico, sob comando islâmico. As regiões européias foram se independizando e as regiões árabes ficaram sob regime de mandatos inglês e francês. Vastas regiões orientais, como a Índia, foram parcialmente islamizadas e dominadas pelo Reino Unido. A abertura do canal de Suez no Egito sob controle arrendado britânico gerou espaço internacional dentro de um país que se independizara do Império Otomano.

Na Europa, três impérios também foram destruídos e conseqüentemente desmembrados: o alemão, o austro-húngaro e o russo. A simultânea queda das dinastias muçulmanas e dos impérios europeus proporcionou sistema efetivo de Estados-Nações e início da descolonização em várias regiões periféricas,

com mobilidade cultural inter-regional atingindo nível de grupos. Diversos agrupamentos étnicos começaram a reivindicar *status* nacional e condição de Estados. Entre eles, a comunidade *hebraico-judaica*, que se encontrava dispersa em sua longa diáspora por amplos espaços da Europa ocidental e oriental. Foi o período em que, em 1917, os ingleses emitiram a declaração Balfour, que defendia necessidade de Estado judaico na Palestina.¹

Grã-Bretanha e França dominaram a Palestina ao fim do Império Turco-Otomano. A Sociedade de Nações introduziu em junho de 1919 o sistema de mandatos, atribuindo à França tutela sobre a Síria e o Líbano, e à Grã-Bretanha sobre a Palestina, Transjordânia e Mesopotâmia. Estabeleceu direito à autodeterminação das comunidades, reconhecendo sua existência como nações independentes, porém “sempre que sua administração se guie pelo auxílio de um Mandatário até que sejam capazes de conduzirem-se por si mesmas” (ONU, 1990).

O fracasso da Rússia na guerra contribuiria para a queda do sistema czarista, e a Revolução Russa inspiraria outras em países tão diferentes como a China. Na Europa Central, surgiram os novos estados: Tchecoslováquia, Finlândia, Letônia, Lituânia, Estônia e Iugoslávia, e os estados da Áustria, Hungria e Polônia foram redefinidos. Em 1923, os fascistas tomaram o poder na Itália. Assuntos pendentes, alguns dos quais haviam causado a Primeira Guerra, criaram condições para a ascensão do nazismo e para a Segunda Guerra Mundial em 1939, vinte anos depois.

O fortalecimento de alternativas homogeneizantes, uniformizadoras e ditatoriais do nazismo na Alemanha e comunismo na União Soviética tomariam a pauta internacional até 1945. A visão do direito ao domínio fundado em razões

¹ Em carta destinada ao presidente da Federação Sionista da Grã-Bretanha e Irlanda, Lord Rothschild, o ministro britânico dos Assuntos Estrangeiros, Arthur James Balfour, escreveu que o governo de Sua Majestade encarava “favoravelmente o estabelecimento, na Palestina, de um Lar Nacional para o Povo Judeu, e empregará todos os seus esforços no sentido de facilitar a realização desse objetivo, entendendo-se claramente que nada será feito que possa atentar contra os direitos civis e religiosos das coletividades não-judaicas existentes na Palestina”.

étnicas e culturais, origem da idéia de *supremacias civilizacionais*, se originara de conflitos nacionais do século XIX, especialmente de teorias racistas tanto britânicas como francesas, que haviam sido endossadas e modificadas pela Alemanha. Parcialmente derrotadas na Primeira Guerra, recrudesceram com a ascensão do nazismo. Já a teoria comunista visara alternativamente a homogeneizar populações pela integração geral forçada do proletariado, atribuindo todo o efeito divisivo da sociedade secular humana a uma causa interclassista, pretendendo sua homogeneização totalitária pelo Estado.

Após 1945, retornaria a preocupação com os direitos humanos, em uma sociedade industrial que já padronizava multidões. Dentro dela, o começo de direitos democráticos *transindividuais* – que, para além do direito público entre Estados, se referiam a coletividades e atores civis relacionados direta ou indiretamente entre si.²

Já desde 1941, os líderes das principais democracias haviam preparado planos para nova ordem internacional, comandados pelo presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt, que, junto com o primeiro-ministro britânico Winston Churchill, formulou declaração conhecida como Carta do Atlântico, detalhando princípios para o período de paz (Santa Cruz, 1995). Ainda em 1941, 26 nações – oito da América Central e do Caribe – a subscreviam, agregando-se mais 26 estados até a Conferência de São Francisco em 1945. A

² Os direitos humanos, que seriam declaração universal em 1947, foram desde o início acompanhados de perto pela Associação Antropológica Americana, que sublinhou necessidade de respeito a culturas dos diversos povos. A advertência não foi então levada em consideração. Basicamente os direitos humanos tiveram consenso sem grandes dificuldades na ONU, declarados universais e absolutos pela sociedade internacional, mas os primeiros dissensos e negações ocorreriam na Declaração da ONU, levando a ratificações de pactos que construiriam um direito internacional de direitos humanos nos anos 1950, a fazer parte da declaração. Já direitos transindividuais começaram a crescer após como âmbito privado de grupo ou conjunto de grupos lesados por ações de outros grupos e entes privados que, porém, progressivamente se incorporaram a uma área que não é nem privada nem pública, por configurar extensa área social de grupos determinados. O caso de reconhecimento de agrupamentos étnicos e sociais portadores de direitos já configurava interesses coletivos, interseccionados com propriedades. Havia ideais coletivos em ação.

Declaração de Segurança Geral foi aprovada pela então União Soviética, Estados Unidos, Reino Unido e China, com projeto enviado a todos os países pertencentes à União Pan-Americana. Em 25 de abril de 1945, a Conferência convocada pelas quatro grandes potências deu nascimento à Carta das Nações Unidas, que ampliou os objetivos nas esferas econômica, social e de direitos humanos.

Especialmente o Artigo 3 determina como seu propósito realizar “cooperação na solução dos problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e estímulo ao respeito dos direitos humanos e às liberdades fundamentais de todos, sem distinção por motivos de raça, sexo, idioma ou religião”.

A maioria dos delegados aceitou o direito de veto das potências no Conselho de Segurança, mas não conseguiu, por outro lado, aboli-lo para disputas pacíficas sobre emendas à carta ou autodeterminação dos povos. Também não conseguiu que a jurisdição da Corte Internacional de Justiça fosse obrigatória.

Mesmo assim, os novos consensos internacionais mudaram a visão anterior à Segunda Guerra, emergindo consciência sobre regiões complementares e dinâmicas no planeta divididas em centros diferentes com afinidades culturais e econômicas da antiga divisão do século XIX. Tanto o império britânico como a França mantinham grande ascendência sobre regiões inteiras, concentrando interesses, costumes e legislações. A desconcentração inevitável trouxe a emergência de Estados-Nações em regiões que ainda não haviam sido emancipadas. A questão mais célebre foi a judaica, em um conjunto de comunidades hebraicas discriminadas durante a Segunda Guerra em toda a Europa, e a recém-criada Organização das Nações Unidas teve a incumbência de amenizar tensões e resolver possíveis conflitos – que incluíam sua fixação nacional acordada na Palestina.

É nesse contexto que tanto o Brasil como o Canadá emergiram após 1945, ampliando suas doutrinas originais que influenciariam a evolução de uma nova visão das Relações Internacionais – confirmando suas origens de sociedades-nações de formação multiétnica. A grande aceitação internacional de

personalidades como Oswaldo Aranha e Lester Pearson representaria horizontes diferenciados para problemas de *confrontações, escalas de força e submissões* entre grupos sociais e contingentes populacionais mais débeis. Como estadistas à luz de suas experiências, oportunizaram novos caminhos à configuração de nações, e seus princípios e proposições se justificariam como doutrinas na diplomacia de seus dois países.

Oswaldo Aranha atravessou desde o período anterior à Segunda Guerra Mundial como ministro da Fazenda brasileiro (1934-1935), embaixador do Brasil em Washington (1936-1937) até ministro das Relações Exteriores (1938-1945), chefe da Delegação Brasileira na ONU (1947) e presidente da sua 1.^a e 2.^a Assembléia Geral (1947). Nesse último ano, coordenou os trabalhos da Assembléia Geral que decidiu pela partilha da Palestina em dois territórios visando à construção das nações árabe e judaica. Foi indicado para o prêmio Nobel da Paz por 14 nações em 1949.

Lester Pearson serviu no Alto Comissariado canadense em Londres desde os anos 1930 até 1941 e na Embaixada do Canadá nos Estados Unidos até o fim da Segunda Guerra Mundial. Em 1946 passou a subsecretário e, em 1948, a secretário de Relações Exteriores do Canadá. Dirigiu a delegação canadense na ONU de 1946 a 1956, sendo eleito à presidência da 17.^a Assembléia Geral de 1952 a 1953. Como dirigente do Comitê Especial da Palestina na ONU, em relação direta com Oswaldo Aranha, proveu fundamento para a criação do Estado de Israel em 1947 no parecer geral que recomendava criação de união econômica entre dois Estados – árabe e judaico. Na crise de Suez, em 1956, quando o Reino Unido, França e Israel invadiram o território egípcio, o Canadá votou contra a iniciativa de invasão britânica e Pearson propôs e patrocinou resolução que criou a Força de Emergência da ONU para policiar a área, evacuando e retirando nações invasoras com o mínimo de violência para todas as partes. A concepção de organização dos corpos de paz e força de manutenção da paz deu-lhe, em 1957, o Prêmio Nobel da Paz.

3 – O Brasil e a formação da doutrina Aranha

Uma doutrina de relações internacionais abrangente e multilateral pelo Brasil começaria a se formar através de Oswaldo Aranha já antes da Segunda Guerra Mundial, com a conformação do pan-americanismo, solidariedade e cooperação entre os países da América, aversão ao totalitarismo e posterior formação de campanha contra o nazi-fascismo. A compreensão simultânea de que se gerava um mundo pós-eurocêntrico indicaria alianças continentais que deveriam levar à descolonização e ao aumento do papel do Brasil como intermediário de comunidades populacionais que desejavam se transformar em nações. Como ministro de Relações Exteriores, enfatizou junto aos Estados Unidos a necessidade de desenvolver políticas para formar “aliados fortalecidos nas Américas”. Era necessária uma política de alianças que reconhecesse *novas regionalidades* (Fundação Getúlio Vargas, 2000).

Essa política foi sendo delineada desde os anos 1930, quando Aranha, então ministro da Fazenda, garantira o preço brasileiro do café em meio a abrupta depressão, percebendo assimetrias internacionais (Hilton, 1994, p. 30-35)³. Como embaixador em Washington, reescalonaria débitos brasileiros e defenderia posição por uma América afirmada. Sua percepção predominante era a de que a passagem do eurocentrismo para uma diplomacia voltada para as Américas só seria construída com novas formas de relações comerciais, políticas, culturais e econômicas entre os principais agentes. Para isso, havia necessidade de redimensionamento das relações entre países, formando-se aliança em outro nível.

3.1 – Pan-americanismo

Em março de 1938, quando Oswaldo Aranha assumiu o Ministério das Relações Exteriores, o paradigma do pan-americanismo foi desenvolvido como extensão do legado

³ Stanley Hilton observa que tarifas protecionistas foram conscientemente empregadas pelo Governo Provisório para encorajar a industrialização.

vigente desde o Barão do Rio Branco (1903-1912), fundador da diplomacia republicana brasileira. Ampliando tradicional doutrina que postulava desde o começo do século passado o Brasil em posição de equilíbrio atento contra tentativas européias de impor hegemonia e uniformidade aos países descolonizados, Aranha implantou profundas reformas no Itamaraty, dotando-o de recursos operacionais, tornando-o conceitualmente apto a acompanhar a *questão americana*. Essa questão significaria análise constante da inserção do Brasil na solidariedade ativa às nações americanas – ao mesmo tempo em que atenção muito especial às relações de vizinhança com a República Argentina, aprofundando vínculos com aquele país.

Rio Branco considerara uma diplomacia americana com influência do Brasil sobre a região sul do continente, acompanhando tendências de prevalência dos Estados Unidos no lado Norte e Caribe. Mantivera unidade de pensamento e compartilhara ações com Argentina e Chile em várias iniciativas de reconhecimento de novas nações.

Oswaldo Aranha não apenas deu prosseguimento a tal formulação, mas a ampliou para o conceito de *pan-americanismo inclusivo*, na preocupação sobre questões básicas do hemisfério por uma nova sociedade. Nos Estados Unidos, em 1939, defendeu que o conceito de *good neighbourhood* – boa vizinhança – como expresso pelo presidente Roosevelt ao restante da América, deveria ser estendido até ser compreendido por “política prática de criar mercados e aliados naturais grandes e fortes na América” (Moura, 1980).

Dentro do *pan-americanismo inclusivo*, Aranha ampliou o sistema de consultas com o governo argentino para a VIII Conferência Pan-Americana de Lima, em 1938, gerando sistema de consultas permanentes de chanceleres americanos. Mobilizou a paz entre Bolívia e Paraguai, que desde 1932 até 1935 haviam estado em guerra, intermediando o processo e reafirmando a doutrina argentina Saavedra Lamas⁴, acrescentando que a questão

⁴ Carlos Saavedra Lamas, ministro de Relações Exteriores argentino de 1932 a 1938, conseguiu armistício e declaração de paz entre Bolívia e Paraguai em 1935; foi presidente da Liga das Nações em 1936 e recebeu o prêmio Nobel da Paz no mesmo

do Chaco deveria ser resolvida em âmbito americano. Argentina, Brasil, Estados Unidos, Chile, Peru e Paraguai arbitraram fórmula brasileira de linha divisória que deu ao Paraguai a maior parte do Chaco, garantindo amplo e livre trânsito à Bolívia.

E finalmente Oswaldo Aranha assinou com o chanceler da Argentina, Enrique Ruiz-Guiñaz, em 1941, tratado para “estabelecer de forma progressiva regime de intercâmbio livre, que permitisse chegar até união aduaneira aberta à adesão de países limítrofes” dentro da área da América do Sul (Bandeira, 2003)⁵. Também em 1941, Oswaldo Aranha assinou com o Canadá, representado pelo ministro James Angus MacKinnon e o ministro plenipotenciário no Brasil, Jean Désy, acordo de comércio para reforçar vínculos e relações, com cláusulas de nações mais favorecidas em bens, aduanas e importações. O acordo foi bem amplo, abrangendo mútuo benefício não apenas em comércio, mas também em pesquisas e segurança (Canada Treaty Information, 1941).

Oswaldo Aranha referendou linhas básicas da política externa brasileira: pacifismo, princípio de não-intervenção e solidariedade continental, estrita neutralidade sobre a guerra européia e cooperação na defesa do hemisfério. A entrada do Brasil no conflito foi decidida depois de notória ambivalência e posição contraditória, em que Aranha interferiu firmemente contra grupos germanófilos que buscavam influenciar o Estado.

3.2 – As Nações Unidas

A atuação de Oswaldo Aranha no Ministério das Relações Exteriores o destacou para convite ao grande encontro de Cleveland em 1947, reunindo grandes líderes para repensar condições mundiais⁶. Seria logo convidado pelo novo

ano, por ter criado a doutrina e o pacto antibélico Saavedra Lamas, firmado por 21 nações, que se converteu em instrumento jurídico internacional.

⁵ Esse tratado não foi implementado por causa da invasão de Pearl Harbour pelos japoneses logo em 1942, implicando solidariedade americana geral aos EUA.

⁶ Em janeiro de 1947, Aranha participou da reunião anual do Council on World Affairs, encontro para repensar o mundo do pós-guerra. Em 1942, já havia sido capa da revista

presidente Eurico Gaspar Dutra para chefiar a delegação brasileira na Organização das Nações Unidas em 1947, e ser seu representante no Conselho de Segurança. Aranha assumiu a presidência do Conselho e chefiou a delegação brasileira na I Sessão Especial da Assembléia Geral, que o elegeu para presidi-la.

A preocupação básica de Aranha foi estabelecer acordo continental para redução de armamentos, eliminando divergências da Argentina com o Brasil em pacto continental. Já inspirado pela doutrina na qual avaliava formação de poderes regionais subsidiários e responsabilidades similares compartilhadas entre atores mundiais, fez pronunciamento defendendo restrição de aparatos bélicos nacionais à necessidade mínima de defesa e segurança de cada país, comparando acordos existentes entre EUA e Canadá e entre França e Inglaterra. Propôs que se desse aos EUA competência para controlar o armamento continental, como primeiro passo para o desarmamento em todo o mundo.

Ao prorrogar com o governo brasileiro sua permanência à frente da delegação brasileira na ONU, Aranha acabou reeleito para a presidência da II Assembléia Geral, por 29 votos contra 22. Os soviéticos, que a princípio se posicionavam contra, mudaram de tática para tê-lo como possível mediador entre as duas potências.

No segundo semestre de 1947, a questão da Palestina passou imediatamente à agenda para votação de resolução. A diplomacia de risco calculado opunha União Soviética no apoio a Israel contra a Grã-Bretanha, que detivera mandato da Palestina e não desejava a partilha, e Estados Unidos, em posição de isolacionismo pragmático cauteloso, considerando o Oriente Médio região tradicionalmente européia.

Os antecedentes haviam conduzido a uma mobilidade inter-regional e multicultural que crescera exponencialmente por ondas sucessivas de migrações judaicas, fugitivas do nazismo desde os anos 1930. A Grã-Bretanha entregara o

Time, como promotor da articulação pan-americana contra o Eixo. Seu discurso está in *Inter-American Relations*, January 20, 1947. Speaker: Aranha, Oswaldo. Moderator: Rockefeller, Nelson A. 440-441 5-1

mandato da Palestina à Liga nas Nações, propondo em 1937 um só Estado para árabes e judeus em 10 anos, limitando a migração judaica a 75 mil pessoas por ano durante esse prazo, regulamentando compra de terras. O peso das duas comunidades populacionais na administração do Estado seria proporcional à sua importância numérica. Com isso, as autoridades mandatárias rompiam com política seguida até então de um Estado judaico único, declarando-o inviável ao lado de outro Estado árabe palestino independente (Report of Anglo-American Comitee, 1946, p. 26-28).

Na condição de sucessora da Liga, a ONU nomeara em 1947 uma Comissão Especial para planejar solução com 11 países sem resultado unânime, entre eles o Canadá, chefiado por Lester Pearson, recomendando estabelecimento de dois estados separados, ligados por união econômica, com Jerusalém como enclave internacional. Três recomendaram um Estado unitário com províncias árabes e judaicas e um se absteve⁷. A União Soviética apoiou a resolução majoritária, mas faria a ressalva de que, se ela fosse irrealizável, seria necessário “estudar uma segunda solução que incluísse a divisão em dois estados independentes, um estado judeu e um estado árabe”⁸.

Como os árabes eram contra a partilha, Oswaldo Aranha exerceu sua condição de presidente para dirigir o processo de votação de várias moções entre protelar, condicionar ou indicar alternativas a dois territórios separados pelo rio Jordão. Acabou apressando votação do Comitê Geral em 29 de novembro, após inúmeras tentativas de acordo, debatendo propostas de protelação para plenário pelo Egito e outros países árabes – que não queriam retirar a proposta mas visavam a alterá-la. Obstou embargos, ouvindo diversos pareceres e argumentos sobre proporcionalidade da causa para ambos os lados. Iniciou a votação após os dissensos em ordem alfabética dos países e declarou que se concluíam 33 votos a favor, 13 contra, 10

⁷ Os sete favoráveis à primeira solução foram o já citado Canadá, Tchecoslováquia, Guatemala, Holanda, Peru, Suécia e Uruguai. Índia, Irã e Iugoslávia adotaram a segunda posição. A abstenção foi da Austrália.

⁸ Discurso do chanceler Andrei Gromiko, delegado soviético na Assembléia Geral, em 14 de maio de 1947.

abstenções e uma ausência. O nascimento de Israel fora decidido na resolução 181, recomendando divisão da Palestina em dois Estados. Jerusalém não formaria um *corpus separatum* sob jurisdição da ONU. Passados 10 anos haveria referendo entre seus habitantes sobre o regime.

A proposta de divisão previa 56,7% do território a Israel, 42,6% para futuro Estado Palestino e 0,7% para Jerusalém, território internacional neutro. A Palestina a ser dividida já contava população de 1 milhão e 200 mil árabes e 570 mil judeus. O plano deveria entrar em vigor dois meses depois do fim do mandato, que a Grã-Bretanha, que se abstivera, fixara para 15 de maio de 1948. Ela anunciou que não cooperaria na sua aplicação e que conservaria todos os seus poderes até o fim. A região se tornaria foco de uma escalada de conflitos a frustrar a almejada coordenação de Aranha em torno de dois Estados.

O reconhecimento de Israel adveio logo, principalmente por parte dos Estados Unidos, mas contou também com significativo apoio da então URSS, porque havia interesse soviético em estabelecer influência na região dominada por ingleses e franceses. Era o início da diplomacia de blocos em guerra fria, com zonas de influência.

A exemplo do que já haviam feito com a resolução britânica em 1937, os árabes palestinos opuseram recusa formal ao plano de divisão. Os conflitos se estabeleciam desde logo. Na primeira fase da guerra, de 29 de novembro de 1947 até 1º de abril de 1948, os exércitos árabes, muito mais bem armados, mantiveram-se na ofensiva. Os israelenses sofreram baixas elevadas. A 14 de maio de 1948, véspera do fim do mandato e retirada das últimas forças britânicas, os judeus proclamaram o Estado de Israel e a partir do dia 15 as guerrilhas ampliaram-se, com a entrada na Palestina de coligação de forças regulares transjordanianas, egípcias e sírias, ajudadas por libaneses e iraquianos. Andrei Gromiko, delegado soviético, condenou a invasão, no Conselho de Segurança, em 29 de maio de 1948. Em 1949, os árabes derrotados firmaram armistício com Israel, imposto pelas Nações Unidas, do Egito ao Líbano, Jordânia e Síria. O Iraque retirou tropas e entregou seu setor à Jordânia. Não se negociou qualquer acordo de paz. Ao final do armistício

de 1949, a área onde seria criado um novo Estado árabe foi controlada por Israel, Egito (Gaza) e Jordânia (Cisjordânia e Jerusalém). Os árabes palestinos foram incorporados tanto a Israel quanto à Jordânia e ao Egito. No dia 11 de maio de 1949, Israel foi admitido na ONU e, logo após, a Cisjordânia com a parte de Jerusalém sob domínio árabe foi anexada à Transjordânia, que passou a chamar-se Reino Hachemita da Jordânia. A Faixa de Gaza ficou sob administração militar egípcia. Com a peregrinação de refugiados, a ONU aprovou em dezembro de 1948 a resolução 194, que reconheceu a refugiados palestinos o direito de voltar às suas terras ou de serem indenizados se assim o desejassem.

3.3 – A questão da multiculturalidade

A intensa ampliação de questões transculturais com os episódios do Oriente Médio ficaram fortemente subordinadas ao início da formação de blocos ideológicos, que se alinhavam à construção de superpotências. Elas desejavam utilizar o Oriente Médio para centro de mudanças estratégicas. Oswaldo Aranha mantivera-se desde sempre em uma política de gerar *jurisprudências* na defesa de novos espaços para novos atores.

No Conselho de Segurança, em 1947, Aranha atuara contra a política dominante de privilegiar aliados de uma ou outra superpotência e os acordos entre si. Como presidente da Assembléia, transferira uma votação em que havia acordo confidencial de última hora entre os Estados Unidos e a Inglaterra para apoiar a eleição da Índia ao Conselho de Segurança e aumentar para três os votos do Império Britânico no Conselho, desrespeitando acerto anterior com a Rússia em aceitar a Ucrânia com apoio do governo brasileiro – porque dizia que a política de solidariedade a Washington não poderia nunca “ser uma servidão”.

Oswaldo Aranha já demonstrava orientação construtivista, algo que recém se esboçava nas Relações Internacionais como alternativa ao embate entre o *realismo* de confrontação e contenção e o *idealismo* da cooperação racionalista liberal normativa: as crises seriam etapas de soluções sucessivas, pois

toda a construção exige mais paciência e sabedoria no seu acabamento do que na ereção de suas bases. (...) A paz das Armas, nos dias que estamos vivendo, foi substituída pela guerra das idéias. Não foi menor a guerra das religiões e das raças... A inteligência humana cresceu em recursos e poder. É verdade que não há um mundo só e nem poderá haver. A diferenciação é essencial às coisas e aos seres. A interdependência não é igualdade, mas assemelhação (Oswaldo Aranha, apud Souza, 1987, p. 79).

Aranha era contrário à política do governo brasileiro quanto à descolonização da África:

Nossa atitude, em favor das potências coloniais, mas contrária à nossa formação, nossas tradições, e em conflito até com sentimentos humanos, muito enfraquece nossa posição e reduz nossa autoridade, mesmo entre os países latino-americanos. [...] Julgo-me no dever de aconselhar uma revisão dessa orientação internacional. Criou-se um estado de espírito mundial em favor da liberação dos povos ainda escravizados, e o Brasil não poderá contrariar essa corrente sem comprometer seu prestígio internacional e até sua posição internacional (Carta de Oswaldo Aranha a Juscelino Kubitschek, apud Lima, 2006, p. 74).

Em 1958, novamente chefiando a delegação brasileira na 12.^a Assembléia, por indicação do presidente Juscelino Kubitschek, Aranha defenderia as mesmas prioridades de investimento no desenvolvimento dadas à reconstrução da Europa. Recomendaria a Juscelino o reatamento de relações com a União Soviética e ativa diplomacia multicultural com o *movimento dos não-alinhados*, surgido em 1955 em Bandung:

Um país industrial compra matérias-primas no mundo inteiro, como o Brasil já faz na Indonésia e Tailândia [...] sob pena de perecer, tem que exportar para todos os mercados do mundo. Se nos contentarmos em permanecer como celeiro colonial de matérias-primas, poderemos ignorar o que se passa na Ásia contemporânea e considerar a Conferência de Bandung como uma curiosidade diplomática, continuando a vender hoje o que vendíamos ao tempo do Império, aos mesmos fregueses tradicionais. Se ao contrário temos consciência do papel que está destinado ao Brasil industrializado, não podemos desdenhar a potencialidade da terça parte do mundo... (Aranha, 1958, p. 21).

Profeticamente, previa que o destino brasileiro seria criar uma civilização tropical:

Acredito mesmo que nossa verdadeira missão é criar e desenvolver a civilização tropical complementar às temperadas, para a qual mostraram os brasileiros uma capacidade e uma vocação sem precedentes. Nada há de comparável à obra brasileira, às experiências seculares dos demais povos, mesmo dos históricos, como o holandês, o inglês e o francês. [...] O Planalto Central é a civilização dos meridianos, que virá completar a dos paralelos, comum a todos os povos. Ao movimento do oriente para o ocidente precisamos, os brasileiros, fazer o dos extremos, entre o Norte e o Sul (Aranha, 1947).

4 – O Canadá e a formação da doutrina Pearson

As Relações Exteriores do Canadá começaram a tomar impulso como doutrina a partir dos anos 1920, após a Primeira Guerra Mundial, nas conferências imperiais britânicas. Estas lhe deram maior poder de decisão diante do Império. O país tinha autonomia nas decisões internacionais, mas se sentia vinculado a orientações da Grã-Bretanha em questões relevantes da alta diplomacia. Em 1926, reconheceu-se o sistema imperial como o de “comunidades autônomas dentro do Império britânico”, iguais em *status* e não subordinadas em qualquer aspecto de seus assuntos internos e externos, embora unidas por lealdade comum à Coroa, livremente membros da Commonwealth.⁹

A crescente intensificação do volume de comércio exterior do Canadá provocou expansão de suas representações diplomáticas, inclusive nos Estados Unidos, e aumento de críticas internas por ainda atuar com vínculo de subordinação à Grã-Bretanha, mesmo pertencendo à Liga das Nações. Após período em que experimentou o maior crescimento mundial do fim do século XIX até 1917, o Canadá sofreu anos de

⁹ Declaração de compromisso entre os membros da Comunidade Britânica de Nações, emitida em 1926, com a coordenação do então primeiro-ministro do Canadá, William Lyon Mackenzie King. *The world at war, Canada at the world, a history*. Ottawa: Foreign Affairs and International Trade Canadá. Disponível em: <<http://www.dfait-maeci.gc.ca/departement/history/>>.

descontinuidade e crise que aumentaram a percepção de elites do comércio exterior sobre a necessidade de unir a Nação. Antecipar-se às reivindicações sociais e redistribuir renda para sustentar avanço da integração econômica interna foi prioridade. Após a depressão de 1929, buscou-se qualificar habilidades para melhoria dos espaços econômicos.

Ao mesmo tempo em que aumentavam os investimentos dos Estados Unidos no Canadá, a resposta canadense foi a de *continentalização econômica* e busca de espaços nos mercados externo e norte-americano. Isso vinha do começo do século e se ampliaria na Segunda Guerra em produção de manufaturados, com destaque para guerra e defesa. A política de arranjo confederativo canadense, com jurisdições muito específicas e acordos gradativos entre suas províncias, demandou integração diferenciada e vários níveis de negociação que conformaram lentamente regiões interprovinciais, tornando o País *interescalonadamente policêntrico* (Courchene, 2001, p. 21-33; Huntington, 1999, p. 35-49).¹⁰

O fortalecimento do federalismo entre governo central e províncias em relações recíprocas visou a atender demandas auto-evidentes pela cidadania direta, e políticas territoriais se afirmariam por divisões regionais e lingüísticas. Livingstone (1956) afirmaria que as comunidades foram modelando não apenas Estado federal, mas uma *sociedade federal*, representando interesses de partes em dimensionamento diferente. Do conjunto de regiões e estruturas sociais, desde a associação complementar com a Grã-Bretanha após a Primeira Guerra Mundial, foram-se gerando *tipos de federalismo* adaptados à comunidade política segundo seus planos e valores (Banting, 2005).¹¹

¹⁰ A descrição importante específica sobre o Canadá, em que o centro se forma com a colaboração atenta e constitutivamente decisória das partes-membros em *uni-multipolaridade construtiva* com subsidiariedades, está em Thomas Courchene. O conceito de *policentrismo*, ou multipolaridade, advém da noção de Estados hegemônicos, clientes e relações de polaridades, de Samuel Huntington.

¹¹ Keith Banting observa o *federalismo clássico* – com níveis de responsabilidade entre poderes federais e provinciais; o *federalismo cooperativo*, que envolvia programas conjuntos, contributivos e proporcionais à contribuição, como seguridade social do desemprego e pensões, e o *federalismo compartilhado*, no qual quotas de ações em

4.1 – Diplomacia dos médios poderes

Essa realidade foi conformando regiões em interação e proporcionando a projeção de uma visão própria de Relações Internacionais.

Lester Pearson serviu no Alto Comissariado canadense em Londres, de 1935 até 1941, e se moveu para a embaixada canadense em Washington em 1942. Quando a Inglaterra declarou guerra à Alemanha, em 1939, pela invasão da Polônia, o Canadá teve um primeiro momento de neutralidade formal. A idéia de cooperação demasiada e vínculo sem poder de decisões com a Grã-Bretanha preocupava o primeiro-ministro Mackenzie King. Em suas funções em Londres, Pearson manifestava que “até agora esta política e planejamento concebem nosso *status* um pouco melhor do que o de uma colônia” (The World at War, 1939-1945). Desde o começo dos anos 1930, Pearson procurava vislumbrar posição avançada e ajustada às novas realidades para o Canadá, desde a participação do país na Liga das Nações. A ida para a Primeira Guerra implicou várias responsabilidades que os canadenses queriam ver reconhecidas, e planificações completamente modificadas.

A expansão diplomática geraria também intensificação de atividades na América Ibérica, com missões no Brasil, Argentina e Chile, e visão que começaria a orientar-se para a América. Essa percepção americana foi mais lenta pela posição ainda ocupada de mediação no hemisfério Norte entre Inglaterra e Estados Unidos. Não havia ligação maior com organizações pan-americanas existentes desde o final do século XIX, nem na União Pan-Americana. Eram laços econômicos e culturais e empreendimentos canadenses, bem como organizações religiosas, que promoviam conexões com muitos países da região, e a conexão do Canadá antes da Segunda Guerra Mundial se dava por alguns interesses imperiais britânicos na região.

Nos anos 1940, como embaixador em Washington, Pearson avaliava os benefícios e constrangimentos da participação do

programas foram compartilhadas entre governo federal e províncias em coalizões políticas com lideranças regionais e pressões apresentadas no Parlamento pelos partidos.

Canadá no Bureau de Saúde Pan-Americano, formulando-o à luz de maior participação dentro de um sistema das Américas. O real papel naquele momento a exercer pelo país dentro de um sistema americano estaria vinculado à doutrina de desenvolvimento dos médios poderes, que se visaria a redefinir após a Segunda Guerra Mundial. Mesmo sem participar diretamente, o Canadá enviou com regularidade observadores às reuniões regionais da Organização Pan-Americana de Saúde na América Central e no Sul.

4.2 – As Nações Unidas e Suez

A partir do fim da Segunda Guerra, o Canadá não aceitou propostas prévias que propunham as Nações Unidas como sistema de poderes regionais pela Inglaterra, onde a Commonwealth, junto com Rússia, China e Estados Unidos, tivessem primazia. A doutrina logo formulada pelos anos de intensa atividade diplomática de Pearson, coerente com o policentrismo do país, foi a de que havia coalizões a fazer com nações em um mundo modificado. O Canadá se apresentou também como mediador de *status* dos poderes médios, e diplomatas canadenses experientes emergiram como mediadores entre coalizões de nações no mundo. A Doutrina Pearson também significaria alianças regionais para deter expansões desmedidas de superpoderes que se geravam no planeta em um mundo nuclear. A participação na criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte deu ao Canadá posição renovada de mediador entre América e Europa, e visaria tanto a conter a expansão comunista como a realizar acordos econômicos de médio alcance. As intermediações de múltiplas demandas haviam chegado às Nações Unidas.

Já como Secretário de Estado de Relações Exteriores, Pearson focou linhas gerais que consolidavam a doutrina desenvolvida para a posição do Canadá, incluindo manutenção da paz e oferta de assistência ao desenvolvimento. Embora concordando com o direito de veto no Conselho de Segurança, o Canadá insistiu que o uso de Agências das Nações Unidas deveria ter participação intensiva de membros de todos os tipos,

e delas o país se propôs desde logo participar, como a Organização de Agricultura e Alimentação (FAO).

O mundo diferente pós-1945 não permitia mais políticas isolacionistas, e a idéia de criar organizações multilaterais refletia a nova situação. Pearson insistiu que a diplomacia canadense deveria retratar o senso de “identidade nacional forjada pelos canadenses”. Tratava-se de uma nação herdada de valores culturais diferenciados em confederação, com heranças francesa e inglesa majoritárias, que também reconheciam imigrações que o país havia recebido e, portanto, haviam gerado capacidade de intermediar entendimentos. Um mundo crescentemente interdependente implicava que o bem-estar em casa dependia de paz e prosperidade no Exterior. Essa doutrina se tornaria crítica quando adveio o problema da nacionalização do canal de Suez pelo Egito, seguida da invasão realizada por franceses, ingleses e israelenses em 1956. A questão do canal perdera sua racionalidade da Primeira Guerra:

Em 1948, o canal abruptamente perdeu sua tradicional racionalidade [...] o controle sobre o canal não podia mais ser preservado nos fundamentos sobre os quais tinha sido crítico para a defesa tanto da Índia ou para um Império que estava sendo liquidado. E ainda, no exato mesmo momento, o canal estava ganhando um novo papel – como avenida de novo Império, mas do petróleo... Por volta de 1955, o petróleo representava a metade do tráfego do canal, e 2/3 do petróleo para a Europa passavam por ele (Yergin, 1993, p. 480).

A crise começara em 1949, quando o Egito fechou o canal para os barcos de Israel e bloqueou o golfo de Aqaba, em contradição com os termos da Convenção de Constantinopla, de 1888, seguindo-se uma escalada com a Inglaterra, que detinha a concessão de administração pelo tratado com o Egito em 1936. O Conselho de Segurança da ONU passou a resolução 95, conclamando o Egito a terminar as restrições, que as acatou, mas as reimpôs no ano seguinte. E declarou nula a concessão inglesa em 1951. Em 1956 anunciou a nacionalização, e Grã-Bretanha e França, que detinham participação no canal, conspiraram com Israel para atacar o Egito. Israel invadiu o Sinai.

A posição dos Estados Unidos foi de extrema cautela, pois dessa vez o primeiro-ministro soviético Nikita Krushev havia declarado que poderia intervir do lado egípcio e lançar ataques com todos os tipos de armas de destruição em massa sobre Londres e Paris. O embaixador americano patrocinou resoluções do Conselho de Segurança da ONU para cessar-fogo e o término da invasão. Inglaterra e França, como membros permanentes, vetaram as resoluções e os Estados Unidos apelaram à Assembléia Geral e retirada das tropas. Em reunião de urgência da Assembléia, Pearson sugeriu a criação de uma força de emergência das Nações Unidas no Suez para que se mantivessem as fronteiras em paz, enquanto um assentamento político se estabeleceria. As Nações Unidas aceitaram a sugestão e, depois de vários dias de diplomacia tensa, uma força neutra, envolvendo Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e a maior parte do Bloco Soviético, foi enviada com consentimento de Nasser, estabilizando as condições da área.

O conceito de Força de Manutenção da Paz das Nações Unidas foi uma criação de Lester Pearson. As forças da ONU foram colocadas no Sinai somente do lado egípcio, com o propósito de manter o cessar-fogo. Preveniam em escalas menores a guerra em um sistema que prevaleceu de 1956 a 1967, por resolução da Assembléia Geral.

4.3 – Multiculturalidade entre superpoderes

À medida que a União Soviética se tornou cada vez mais intransigente em lidar com a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, as relações do pós-guerra mostraram-se muito difíceis, com espões soviéticos encontrados na embaixada soviética em Ottawa, capital do Canadá, levando à criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte. As relações do Canadá com os Estados Unidos em um mundo multilateral também se tornaram difíceis, pela relutância dos norte-americanos em aceitar uma diplomacia multicultural. Mas as relações com a Commonwealth mudaram, transformando-se de um clube fechado de brancos em um complexo arranjo multinacional e racial, dadas as independências de Índia e Paquistão no fim da década de 1940,

que haviam modificado a concepção original britânica. Pearson propôs definição de uma Monarquia que fosse “símbolo” da Commonwealth e pudesse agregar países sem maiores identificações com o regime inglês, como as repúblicas, dentro de um sistema multicultural.

Finalmente, o legado de Pearson para melhor compreensão entre nações e culturas residiria no projetar a interação constante de níveis diferenciados de políticas canadenses ao plano externo. Internamente, abriu caminho para políticas sociais que sustentassem políticas multiculturais de reconhecimento, iniciadas por nova fase nas relações entre os dois grupos nacionais fundadores do Canadá, de herança inglesa e francesa.

Externamente, Pearson sugeriu medidas que se incluíam dentro do ideário que chamou de *as quatro faces da paz*, ao receber o Prêmio Nobel.

[...] a **primeira face**, a prosperidade e a paz.

[...] neste século pelo menos aprendemos a compreender mais amplamente a complexidade dos motivos que nos impelem tanto indivíduos como nações. Sabemos agora que modernas guerras são travadas em considerável escala, e não há qualquer ganho econômico possível para qualquer lado. Qualquer que seja o que leva homens a lutar e sofrer, o motivo não é agora auto-interesse em qualquer sentido material...

A **segunda face** seria a do poder e paz. [...] a melhor defesa da paz é não poder fazer guerra, mas necessita da remoção das causas da guerra, e os acordos internacionais que porão a paz sobre uma fundação mais forte do que o terror da destruição.

A **terceira** seria a política e diplomacia da paz [...] Deve haver reconhecimento pelo Oeste de que a participação da União Soviética é essencial para o debate construtivo dos assuntos mundiais.

A **quarta face**, a paz e as populações. As desorientações e desinformações dos povos uns sobre os outros alimentam muitos mal-entendidos. A autoridade sob a lei deve ser respeitada na fundação da sociedade e proteção da paz. Mas a extensão do poder do Estado em cada fase da vida humana é o abuso da autoridade, destruidor da liberdade e inimigo da paz real (UNA-Canada).

Conclusões

As doutrinas de Oswaldo Aranha e Lester Pearson foram desenvolvidas dos anos 1930 até o fim da Segunda Guerra Mundial, dentro de contextos onde se delineava um mundo pós-eurocêntrico – com crescente presença dos Estados Unidos, e a formação de doutrina uniforme e homogênea da *supernação étnica nazista* e outra que se pretendia substitutiva dos Estados-Nações, representada pela *ideologia comunista* da antiga União Soviética.

Ambos foram coerentes na ampliação das doutrinas de Relações Exteriores de seus respectivos países. O Brasil, desde o Barão de Rio Branco, na primeira década do século XX, propugnava pela inserção do país em um mundo americano. Aranha estendeu atribuições pelo Atlântico Sul de compartilhar responsabilidades com vizinhos, especialmente a Argentina, ampliando preocupações com uma ordem *pan-americana inclusiva*. A descolonização ocorrida no período pós-guerra tornou a doutrina Aranha ainda mais conseqüente, ao formular inserção internacional brasileira na construção de soluções a regiões culturalmente diferenciadas e afins com a formação brasileira, abrindo caminho da anterior ordem de impérios que agonizava da Primeira Guerra. Essa visão foi também decisiva na atuação do chanceler como presidente da Assembléia Geral das Nações Unidas, ao conduzir a votação de partilha da Palestina, que previa, de forma arbitrada por Conselho da ONU, espaço territorial para dois Estados-Nações, respectivamente árabes e judeus palestinos.

Lester Pearson prosseguiu a tendência canadense desenvolvida desde o começo do século XX, de ampliar comércio exterior através da busca de unidade interna entre as diferentes províncias e regiões do País, alargando conceito de polaridade escalonada entre diversos níveis. Formulou doutrina dos poderes médios e projetou-a à cena internacional, abrindo caminho entre diferenças culturais, valorizando uma ruptura com a uniformidade e homogeneidade dos superpoderes, em meio à ordem dos anteriores impérios que se desagregava. Em

meio ao Atlântico Norte, participou das intermediações para construção da OTAN, visualizando-a como órgão de cooperação na segurança e área econômica, vendo seu objetivo frustrado por se ater somente ao primeiro item. Por fim, abriu espaço para participação multilateral nos organismos das Nações Unidas e gerou o conceito de *forças de manutenção de paz*, em que a distribuição de poderes criou corpos subsidiários, apoiados por valores internacionais na sustentação da paz. Isto o projetou internacionalmente ao Prêmio Nobel em 1957.

As doutrinas têm elementos de grande convergência a partir da significação de nações que se emanciparam de situações coloniais, formularam inclusão dentro dos espaços geopolíticos em que se encontravam e as ampliaram para participação à cena internacional, visualizando a cooperações construtivas entre poderes que se formavam para gerar novas dimensões de entendimento e compreensão. São doutrinas de contribuições inovadoras ao direito internacional, substituindo tanto as justificativas realistas de confronto escalar, como a da cooperação fundamentada em idealizações excessivamente normativas. Os poderes médios, tais como conceituados por Lester Pearson, encontram similaridade na formulação de Aranha sobre “aliados grandes e fortes”, ou seja, proporcionais e subsidiariamente responsáveis, que visualizava como novos portadores de uma ordem pan-americana. Ao mesmo tempo, o multilateralismo de ambos acompanha o momento em que a mobilidade cultural se fazia uma necessidade em defesa da cooperação aumentada pelo comércio e atenção a novos centros emergentes.

Referências

ARANHA, Oswaldo. Relações diplomáticas com a União Soviética. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 1, n. 2, jul. 1958.

_____. *Discurso em solenidade no Clube do Comércio*. Porto Alegre, 9 ago. 1947.

BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. *Brasil e os processos de integração regional Mercosul/Alca*. Caracas: Nueva Sociedad;

Fundação Friedrich Ebert, 2003.

BANTING, Keith. *Canada: Nation Building in a Federal Welfare State, Project Federalism and the Welfare State*. New World and European Experiences. Bremen: Bremen University, 2005.

CANADA TREATY INFORMATION. E102985 – Cts 1941 n. 18 – Ottawa: Department Of Foreign Affairs and International Trade, 1941.

COURCHENE, Thomas. *A State of Minds. Toward a Human Capital Future for Canadians*. Montreal: IRPP, 2001. p. 21-33.

DEPARTAMENT OF FOREIGN AFFAIRS AND INTERNATIONAL TRADE. Letter from the Ambassador to the Secretary of State for External Affairs, Sept. 2, 1949, LAC, RG25, v. 3684, file 5475-K-12-40.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Arquivo Oswaldo Aranha*. Rio: Cpdoc, 2000.

HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha, uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

HUNTINGTON, Samuel. The lonely superpower. *Foreign Affairs*, Washington, v. 78, n. 2, 1999.

LIMA, Marcos Felipe Pinheiro. *Do Americanismo ao Universalismo, as transformações nas relações internacionais do Brasil*. Brasília, 2006. Dissertação [Mestrado] – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília.

LIVINGSTONE, William. *Federalism and Constitutional Change*. Oxford: Clarendon Press, 1956.

MOURA, GERSON *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. *Comité para el ejercicio de los derechos inalienables del pueblo palestino. Orígenes y evolución del problema palestino – 1917-1988*. New York, 1990.

REPORT OF ANGLO-AMERICAN COMITEE OF INQUIRY *Cmd 6608 (1946)*. New York: United Nations, 1990. p. 26-28.

SANTA CRUZ, Hernán de. La creación de las Naciones Unidas y de la CEPAL. *Revista de la Cepal*. Santiago de Chile, n. 57, 1995.

SOUZA, J. P. Coelho de. *Homenagem a Oswaldo Aranha*. Porto Alegre: EST; Sulina, 1987.

THE WORLD AT WAR. *Canada at the world, a history*. Ottawa: Foreign Affairs; International Trade Canada. Disponível em: <<http://www.dfait-maeci.gc.ca/department/history/>>

UNA-Canada Celebrates the 50th Anniversary of Lester B. Pearson's Nobel Peace Prize (1957-2007). Disponível em: <<http://www.unac.org/en/projects/pearsonnobel50/index.asp>>.

YERGIN, Daniel. *The Prize: The Epic Quest for Oil, Money & Power*. New York: Simon and Schuster, 1993.